

ATA NÚMERO DEZANOVE

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORNOS DE ALGODRES REALIZADA NO DIA 20 DE JULHO DE 2018 - REUNIÃO PÚBLICA MENSAL

Aos vinte dias do mês de julho do ano dois mil e dezoito, nesta vila de Fornos de Algodres, no edifício dos Paços do Concelho e na sala de reuniões para o efeito destinada, reuniu a Câmara Municipal de Fornos de Algodres com as presenças de: António Manuel Pina Fonseca, que presidiu, Alexandre Filipe Fernandes Lote, Bruno Henrique Figueiredo Costa, Rita Isabel Almeida Silva e Maria Joaquina Santos Fernandes Domingues, Vereadores. -----

Secretariou a reunião Paulo Manuel das Neves Santos, Chefe de Divisão Técnica Municipal. -----

Verificada a existência de quórum conforme o disposto no artigo 54.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, deu-se início aos trabalhos pelas catorze horas e trinta e cinco minutos. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

Usou da palavra o Senhor Presidente para cumprimentar os Senhores Vereadores e o Chefe de Divisão Técnica Municipal. -----

O Senhor Presidente convidou todos a estarem presentes no Fornos de Algodres Biodiversity Festival que se vai realizar na Praia Fluvial da Ponte de Juncais, esperando que este ano haja mais gente que no ano passado. Informou que nos dias 28 e 29 de julho, Figueiró da Granja irá comemorar os 500 anos da entrega do Foral Manuelino a Figueiró, sendo que se for feito o convite à Câmara o mesmo será extensivo a todos os vereadores. -----

Interveio o Senhor Vice-Presidente para informar que relativamente ao festival da biodiversidade irão decorrer três atividades distintas: o Landart, em que a escultora este ano decidiu trabalhar com o cardo, o festival de música e uma atividade desportiva, o BioChallenge, que visa proporcionar aos seus participantes o desfrutar das potencialidades que possuímos a nível da praia fluvial e do usufruto que podemos tirar do Rio Mondego. Relativamente a outras atividades, deixou uma palavra de agradecimento novamente ao pessoal externo pela disponibilidade e o trabalho realizado tanto no festival da biodiversidade como no teatro odisseia, que na sua opinião tinha sido extraordinário. Foi um risco que a Câmara correu ao fazer no Largo do Pelourinho, que se revelou demasiado pequeno para a quantidade de pessoas que tinha. -----

Usou da palavra o Senhor Presidente para louvar não só o espetáculo em si, mas também o grande protagonista da peça que foi um homem de Fornos. -----

Na opinião do Senhor Vice-Presidente, o espetáculo tinha uma componente social muito importante e a mais valia de dar o protagonismo às personagens locais. Para si foi a prova de que Fornos tinha todas as condições

necessárias para ter um clube de teatro, sendo que a Câmara devia encetar esforços para o conseguir no próximo ano. -----

Aproveitou para parabenizar a equipa da biblioteca, a equipa do gabinete de desporto e os presidentes de junta que se estão a associar, pelo extraordinário trabalho que estavam a fazer no âmbito do cortejo de oferendas. Os grupos estavam a crescer e a trabalhar muito bem as lendas, tendo todas as condições para no dia 27 se ter um excelente espetáculo, convidando todos a estarem presentes. -----

A Senhora Vereadora Maria Joaquina Domingues agradeceu os convites, mas por se encontrar de férias, não poderá estar presente. -----

Usou da palavra o Senhor Presidente para informar que iriam arrancar as obras na zona envolvente do Centro Escolar, o que irá criar alguns constrangimentos, mas que era para acabar com a falta de mobilidade dos peões.

Interveio o Senhor Vereador Bruno Costa informando que no passado fim de semana tinha estado em representação do Município em Sainte Conorce, juntamente com a Associação Desportiva de Fornos de Algodres e a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Fornos de Algodres. Informou ainda que o processo concursal da limpeza das fossas sépticas estava praticamente concluído, sendo que seriam limpas 19 fossas (Muxagata, Sobral Pichorro, Mata, Juncais, Vila Soeiro do Chão, Vila Chã, Cortiço, Casal Vasco, Furtado, Rancozinho, Queiriz, Aveleiras, Matança (3), Maceira, Algodres (2) e Ramirão). -----

O Senhor Presidente informou ainda que estava a decorrer a ligação da água às Forcadas, a partir de Maceira. - Usou da palavra a Senhora Vereadora Rita Silva para parabenizar todos pelo teatro e informar que não conseguiu estar presente em virtude de estar de férias. -----

A Senhora Vereadora Maria Joaquina Domingues esteve presente no teatro e na sua opinião foi uma atividade bem conseguida e como tal, deu os parabéns a todos. Relativamente ao Festival da Biodiversidade questionou como tinha sido feita a divulgação do evento e que meios tinham sido utilizados para a mesma. -----

O Senhor Vice-Presidente respondeu que tinha sido feita sobretudo através de cartazes nos concelhos limítrofes, internet e sistema de mensagens, no sentido de fazer chegar a informação a todas as pessoas. -----

A Senhora Vereadora Maria Joaquina Domingues sugeriu poder se ter aproveitado esta época para concretizar ações de disseminação do evento para atrair mais participantes e aumentar a adesão a estes eventos face a anos anteriores. Nesse sentido, apresentou um conjunto de sugestões tais como a divulgação noutras cidades, por exemplo Coimbra, assim como a realização de um protocolo com a CP com vista à redução das tarifas. Este tipo de protocolos poder-se-ia estender também a hotéis e casas de turismo rural. A Câmara deveria também equacionar o investimento nestas ações de disseminação e protocolos, uma vez que o dispêndio de pessoal não é aumentado, e contribui-se para a promoção do Concelho através da sua componente turística. -----

O Senhor Presidente exemplificou um evento, protagonizada pela Junta de Freguesia de Mozelos pertencente a Vila da Feira, onde através de um contacto do Presidente da Junta foi a nossa vila selecionada para a realização da excursão anual da mesma, tendo sido uma experiência muito positiva, uma vez que os participantes, em contato posterior, manifestarem o seu contentamento. -----

O Senhor Vice-Presidente reforçou a consideração de se estabelecer um protocolo com a CP e os alojamentos locais, sugerindo a criação de um pacote chave na mão. Salientou, no entanto, a dificuldade na comunicação com as grandes cidades devido ao valor inflacionado, dando como exemplo um orçamento de 1500 euros por mês, durante três meses, para a colocação de cartazes na autoestrada A1 perto de Coimbra, Porto e Lisboa. Esse valor era bastante superior ao valor disponível para a divulgação do festival, o que impossibilitava a concretização de ações desse tipo. -----

A Senhora Vereadora Maria Joaquina Domingues requereu mais informações sobre o processo associado ao pagamento à firma Boleto & Pinto, Lda., tendo o Senhor Presidente esclarecido que a Câmara terá que pagar € 321.177,60 mais metade de € 98.323,90 de juros, que foram reduzidos após acordo com a firma. Os custos associados ao tribunal eram de cerca de 3 mil euros. -----

A Senhora Vereadora Maria Joaquina Domingues solicitou também informações sobre o advogado alocado ao processo, tendo o Senhor Presidente indicado que o mesmo tinha sido o Dr. Cardoso de Oliveira, cuja avença associada incluía a defesa nestas situações. -----

O Senhor Presidente informou ainda que apenas em situações que exijam um advogado com conhecimentos específicos, poderá haver motivo de envolvimento de outro advogado, dando como exemplo o caso da Serra da Esgalhada. Referiu também uma situação recente associada com os pagamentos dos honorários, no valor de € 11.289,29, do Dr. Miguel Costa num processo associado ao Dr. Miranda, que a Câmara terá que pagar. Nessa situação, o Senhor Presidente informou que foi pedido um laudo à Ordem dos Advogados para verificação desse valor, sendo que a defesa usou do direito que tem para submeter uma ação no Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco, no sentido da Câmara realizar o pagamento rapidamente, tendo o Dr. Cardoso de Oliveira realizado também uma contestação. -----

A Senhora Vereadora Maria Joaquina Domingues expôs a necessidade de ser informada destas situações, quando acontecessem, e lamentou o impacto que os montantes associados a estas ações tinham sobre os fornenses. -----

O Senhor Presidente informou ainda que existiam diversos processos a decorrer em tribunal exemplificando o caso da firma Recilead, Lda, em que estavam a pedir o ressarcimento do investimento feito, mas tendo em conta o impacto ambiental que esse processo tinha na Zona Industrial de Juncais, não o defendia. Concordava que era necessário criar emprego em Fornos de Algodres, mas não a todo o custo. -----

Para a Senhora Vereadora Maria Joaquina Domingues não estão a ser dadas as mínimas condições para que empresários queiram investir em Fornos de Algodres, contrariamente ao que sucede nos concelhos limítrofes que tanto têm evoluído. Se Fornos de Algodres se quiser destacar no turismo e atrair mais pessoas, a Câmara terá que fazer mais. Relativamente à Zona Industrial de Juncais continuava tudo igual, e mesmo estando programados 200 mil euros, ainda não tinha sido feito lá nada. -----

Interveio o Senhor Presidente para informar que relativamente à Zona Industrial de Juncais, nas próximas reuniões, o processo seria objeto de aprovação. Em relação ao concelho de Fornos de Algodres, o diagnóstico estava feito, e, tal como ela, o objetivo do executivo era dar o melhor por Fornos e pelas pessoas. -----

Usou da palavra o Senhor Vice-Presidente informando que, quando o novo executivo tomou posse em 2013, Fornos de Algodres tinha uma marca, o elevado endividamento, e por onde quer que fossem levavam com essa marca. Só eles sabiam pelo que passaram para que neste momento tivessem capacidade de dar resposta a algumas das preocupações identificadas pela Senhora Vereadora, concordando que a questão da Zona Industrial de Juncais deveria ser uma prioridade. -----

Na opinião da Senhora Vereadora Maria Joaquina Domingues iria ser extremamente difícil canalizar alguém para lá, porque existia um contexto ligado à mesma que estava mal. Relativamente à Zona Industrial de Fornos de Algodres questionou que intervenções tinham sido feitas na mesma, para que os empresários se sentissem confortáveis e continuassem a permanecer lá, ao que o Senhor Presidente respondeu que relativamente à pouco tempo tinham colocado um PT com mais potência, para que qualquer empresa que quisesse investir tivesse mais condições do que as que tinha até então. -----

A Senhora Vereadora questionou ainda o Senhor Presidente sobre se já teria resposta legal ao pedido de esclarecimento sobre as votações de voto vencido, que a Senhora Vereadora Rita Silva fazia em algumas reuniões, e se a Câmara já teria feito o concurso para os transportes escolares e qual o limite para o mesmo. ---
Relativamente ao pedido de esclarecimentos sobre o voto vencido o Senhor Presidente informou que ainda não tinha resposta e que em relação aos transportes escolares estavam a tratar do concurso, sendo que o limite era final de setembro ou outubro. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

1 - APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 25 DE MAIO E DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 21 DE JUNHO DE 2018 -----

Antes de passarem à votação das atas, o Senhor Presidente informou que relativamente à ata da reunião ordinária de 25 de maio, tinha pedido parecer à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR), no que dizia respeito aos documentos que a Senhora Vereadora Rita Silva solicitava que ficassem anexos às atas, e que a resposta, embora verbalmente, era no sentido de que as atas eram um resumo do que se passava numa reunião pelo que não havia lugar a anexos. -----

Interveio a Senhora Vereadora Rita Silva informando que não se tratavam de anexos, mas sim documentos que eram parte integrante dessas declarações de voto e não qualquer outro tipo de documento e no seu entendimento era importante que isso constasse no pedido de parecer. -----

Assim, o Senhor Presidente solicitou que se pronunciassem sobre a sua aprovação, à qual foi deliberado aguardar pelo parecer escrito da CCDRC, para posterior aprovação. -----

Relativamente à ata da reunião extraordinária de 21 de junho e após leitura da mesma, o Senhor Presidente propôs a sua aprovação. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade aguardar parecer solicitado à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC) sobre a inclusão de anexos em atas referente à ata da reunião ordinária de 25 de maio e aprovar por unanimidade a ata da reunião extraordinária de 21 de junho de 2018. -----

2 - PEDIDO DE APOIO PARA A REALIZAÇÃO DAS FESTAS DE NOSSA SENHORA DO CARMO - FUINHAS

O Chefe de Divisão de Administração Geral emitiu parecer sobre a proposta de contrato-programa a celebrar com a Associação Cultural e Recreativa da Aldeia de Fuinhas para a realização das Festas de Nossa Senhora do Carmo. -----

Informou que os Municípios dispõem de atribuições no domínio de atividades culturais e recreativas, previstas na alínea h) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua atual redação e que compete à Câmara Municipal, "Apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção de doenças", de acordo com o previsto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua atual redação.-----

Face ao exposto propôs a atribuição de um subsídio de € 50,00 e que o contrato programa fosse apreciado em reunião do executivo. -----

Informou ainda que a rubrica 02040701 do Orçamento Municipal tinha dotação para o presente protocolo, cumprindo-se assim todos os requisitos legais em matéria de cabimento e compromisso prévio. -----

O Senhor Presidente da Câmara propôs a sua aprovação. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade a atribuição de subsídio de € 50,00, após cumpridos todos os dispositivos legais em matéria de cabimento e compromisso prévio e demais legislação aplicável -----

3 - CONCURSO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS - FESTAS DE NOSSA SENHORA DA GRAÇA ----

O Chefe da Divisão de Administração Geral emitiu parecer sobre a intenção de colocar a concurso a apresentação de propostas para a concessão de 2 bares e publicidade estática, no período de realização das

Festas de Nossa Senhora da Graça (17 a 20 de agosto) que se realizarão no Mercado Municipal de Fornos de Algodres. -----

Informou que a Câmara Municipal deverá tomar uma deliberação, na qual entre outros eventuais elementos, conste o seguinte: identificação dos locais a concessionar, preço base e condições do concurso, nomeadamente a forma e o número de propostas a apresentar, os prazos, os locais para entrega e a prerrogativa da Câmara Municipal poder recusar quaisquer propostas apresentadas. -----

Assim, o Chefe da Divisão de Administração Geral propôs o seguinte: preço base bar A - € 300,00; bar B - € 300,00; publicidade estática - € 200,00; prazo para apresentação de propostas: 21 de julho a 30 de julho de 2018, até às 15 horas, no Gabinete de Apoio ao Presidente; abertura de propostas: dia 30 de julho pelas 15 horas e 30 minutos. -----

Face ao exposto e em virtude de reunir critérios adequados propôs-se o deferimento do pedido, cumprindo-se o teor do parecer do Chefe da Divisão de Administração Geral. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade -----

4 - PEDIDO DE CERTIDÃO DE DIVISÃO DE UM PRÉDIO RÚSTICO EM 2 PARCELAS, REQUERIDO POR NÉLSON ANTÓNIO LAGARTO SANTOS -----

O Chefe da Divisão Técnica Municipal informou que o requerente, Néilson António Lagarto Santos, residente em Fornos de Algodres, pretende mandar certificar que o prédio inscrito na matriz predial rústica n.º 495, sito em Fornos Gare, a confrontar de Norte com Natália de Carvalho Seixas Lagarto, Nascente com Estrada, Sul com caminho e Poente com Seminário S. José, se encontra dividido pelo IP5, dando origem a duas parcelas distintas, com as áreas de 7.052,00 m² e 865,00 m², cada uma. -----

Com base no parecer do Arquiteto Carlos Gomes e nas informações prestadas pelo requerente, nada tem a opor à certificação em como o prédio inscrito na matriz predial rústica n.º 495, com a área de 13.485,00 m², foi ocupado pela A25 em 5.568,00 m², dando origem a dois prédios distintos: um a norte com a área de 865,00 m² e outro a sul da estrada com a área de 7.052,00 m². -----

Em virtude de reunir critérios adequados propôs-se o deferimento do pedido, cumprindo-se o teor do parecer do Chefe da Divisão Técnica Municipal. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade -----

5 - PROCESSO DE OBRAS N.º 10/18 - REABILITAÇÃO DE UMA MORADIA, NA RUA DO OUTEIRO - JUNCAIS, REQUERIDO POR MARIA DO CARMO VENTURA GOMES -----

O Chefe da Divisão Técnica Municipal emitiu parecer sobre o processo de obras n.º 10/18 relativo à reabilitação de uma moradia, na Rua do Outeiro, Juncais. -----

O prédio enquadra-se em “espaços residenciais” conforme o disposto nos artigos 46º a 48º do Plano Diretor Municipal de Fornos de Algodres. -----

A solução proposta é de r/c e andar, com uma área de implantação de 105,00m² (mantém a existente) e uma área total de construção de 210,00m². -----

O edifício, como foi construído há mais de 30 anos, enquadra-se no regime excecional estabelecido no Decreto-Lei n.º 53/2014, de 8 de abril que permite o não cumprimento total do Regulamento Geral das Edificações Urbanas. -----

Deve o requerente, no caso de deliberação favorável, apresentar, no prazo de seis meses, os projetos de especialidades e pedidos de isenção necessários, que devem ser entregues em conformidade com o disposto no número 16 do anexo I (a que se refere o número 1 do artigo 2º - Elementos instrutórios) da Portaria 113/2015, de 22 de abril e de acordo com o número 4 do artigo 20º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro. -----

Face ao exposto e com base no parecer técnico do Arquiteto Carlos Gomes nada tem a opor à pretensão do requerente. -----

Em virtude de reunir critérios adequados propôs-se o deferimento do pedido, cumprindo-se o teor do parecer do Chefe da Divisão Técnica Municipal. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade -----

6 - PROCESSO DE OBRAS N.º 11/18 - ALTERAÇÃO DE DOIS EDIFÍCIOS PARA ADAPTAÇÃO DE DUAS UNIDADES DE ALOJAMENTO, EMPREENDIMENTO DE TURISMO EM ESPAÇO RURAL - AGROTURISMO, NA LAGE ALTA - FORNOS DE ALGODRES, REQUERIDO POR CASAS DO PINHEIRO GRANDE, UNIPESSOAL, LDA -----

O Chefe da Divisão Técnica Municipal emitiu parecer sobre o processo de obras n.º 11/18 relativo à alteração de dois edifícios para adaptação de duas unidades de alojamento, empreendimento de turismo em espaço rural - agroturismo, na Lage Alta, em Fornos de Algodres. -----

A pretensão enquadra-se no Decreto-Lei nº 39/2008, de 7 de março, alterado pelo Decreto-Lei nº 186/2015, de 3 de setembro que estabelece o regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos. -----

O prédio enquadra-se em “espaço florestal de produção”, de acordo com o Plano Diretor Municipal de Fornos de Algodres, com risco de incêndio elevado. O requerente não pretende efetuar ampliação da edificação, de acordo com as peças processuais, pelo que cumpre o disposto no artigo 16º, da Lei nº 76/2017, de 17 de agosto. -----

O requerente pretende licenciar duas unidades autónomas de alojamento do tipo T2, uma de um piso e outra com dois pisos, bem como uma piscina. -----

Deve o requerente, no caso de deliberação favorável, apresentar, no prazo de seis meses, os projetos de especialidades e pedidos de isenção necessários, que devem ser entregues em conformidade com o disposto no número 16 do anexo I (a que se refere o número 1 do artigo 2º - Elementos instrutórios) da Portaria 113/2015, de 22 de abril e de acordo com o número 4 do artigo 20º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro. -----

Face ao exposto e com base no parecer técnico do Arquiteto Carlos Gomes nada tem a opor à pretensão do requerente. -----

Em virtude de reunir critérios adequados propôs-se o deferimento do pedido, cumprindo-se o teor do parecer do Chefe da Divisão Técnica Municipal. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade -----

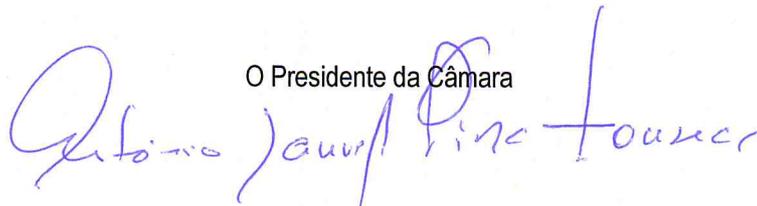
7 - PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE ATA EM MINUTA -----

O Senhor Presidente, após leitura da ata, propôs a sua aprovação. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade -----

Não havendo mais nada a tratar o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião, da qual nos termos do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, foi lavrada a presente ata que vai ser lida e assinada nos termos da lei. -----

O Presidente da Câmara



(António Manuel Pina Fonseca)

O Secretário



(Paulo Manuel das Neves Santos)